

**ATA Nº 122, DA 122ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Data: 24 de abril de 2025.

Local: via *webconferência*.

Horário: 13 horas e 57 minutos.

Participantes:

Reitoria: Edward Frederico Castro Pessano, Presidente. Os diretores das unidades: **Alegrete**, Gustavo Fuhr Santiago; **Bagé**, Pedro Fernando Teixeira Dorneles; **Caçapava do Sul**, Leugim Corteze Romio no exercício da Direção; **Dom Pedrito**, Nádia Fátima dos Santos Bucco; **Itaqui**, José Carlos Severo Côrrea; **Jaguarão**, Silvana Maria Gritti; **Santana do Livramento**, Alexandre Vicentine Xavier; **São Borja**, Valmor Rhoden; **São Gabriel**, Luciana Benetti e **Uruguaiana**, Cheila Denise Ottonelli Stopiglia. Os representantes das **Comissões Superiores**: Isaphi Marlene Jardim Alvarez (**CSE**); Leandro Dias Conde (**CSP**) e Marcelo Hahn Durgante (**CSExt**). Os pró-reitores: Elena Maria Billig Mello, **PROGRAD**; Franck Maciel Peçanha, **PROEC**; Fabio Gallas Leivas **PROPI**; Honória Gonçalves Ferreira, **PRODAE**; Eder Pereira da Silva, **PROGEPE**; Paulo Fernando Marques Duarte Filho, **PROPLADI** e Claudete da Silva Lima Martins, **PROCADI**. Os representantes **docentes**: Alex Sandro Gomes Leão, Augusto Gonzaga Oliveira de Freitas, Cássia Regina Nespolo, César Flaubiano da Cruz Cristaldo, Cristiano Galafassi, Cristiano Peres Oliveira, Fabrício Desconsi Mozzaquatro, Felipe Pivetta Carpes, Hêlvio Rech, Jeferson Luís Lopes Goularte, Juan Saavedra del Aguila, Mauro Fonseca Rodrigues, Régis Sebben Paranhos e Udo Eckard Sinks. Os representantes **TAEs**: Alexandre dos Santos Villas Bôas, Ana Eveline Viana Marinho, Domingos de Mello Aymone, Luciano Antonelli Becker e Nei Saraiva da Fontoura Júnior. Os representantes **discentes**: Angelita Sonh Ribeiro Salles, Francisco Orlando Martins da Silva, Gabriel Augusto Fernandes Barbosa, Nathália Pinheiro Martins, Paulo Fornasier e o representante da **comunidade externa** Mauro Rodrigues Oviedo.

Justificaram a ausência os conselheiros: Francéli Brizolla, José Waldomiro Jiménez Rojas, Elton Luis Gasparotto Denardin, José Guilherme Franco Gonzaga, Camila da Costa Lacerda Tolio Richardt, Juliano Pereira Duarte e Paulo Eduardo Santos Paiva.

Ausentes sem justificativa os conselheiros convocados: Rafael Vitória Schmidt e Renata Patrícia Corrêa Coutinho.

Participaram da Reunião: as professoras Caroline Costa Moraes e Daniela Vanila Nakalski da Agipampa e a TAE Aline Souza da Escola de Formação de Servidores da ESERV.

Pauta:

1. Posse de novos conselheiros:

1.1. Alex Sandro Gomes Leão – Representação docente, Campus Itaqui.

1.2. Nei Saraiva da Fontoura Júnior – Representação TAE, Reitoria.

2. Informações da Reitoria:

2.1. O Pró-reitor da PROPLADI, Paulo Fernando Marques Duarte Filho fez uma rápida explanação sobre o orçamento da Universidade. Disse que a LOA foi sancionada dias atrás, mas que ainda aguardam pelo decreto orçamentário que definirá os limites de empenho, a fim de poderem executar as ações já planejadas desde o ano passado. Disse que também é importante salientar à comunidade que vieram cinquenta e sete milhões, dois milhões a menos do previsto no PLOA e que estão realizando reajustes para que nenhum programa de assistência estudantil sejam afetados. Salientou que a Vice-reitora, professora Francéli Brizolla está na ANDIFES em Brasília, fazendo coro aos demais membros, para que haja a recomposição orçamentária e todos possam honrar os contratos existentes como forma de evitar a anormalidade das ações das IFES. Ainda destacou que a boa informação deve prevalecer e que não seja distorcida em favores políticos em benefício de poucos. Falou da importância de compartilhar corretamente as informações e a situação atual, que carece de reflexões profundas, pois mesmo com a existência de diálogo com o governo federal, não podemos esmorecer na busca da recomposição orçamentária para que se possa ter um crescimento maior, vislumbrando novos cursos de graduação, de novos cursos de pós-graduação com incentivo à pesquisa, garantindo a extensão como efetiva curricularização nos PPCs, que é para isso que todos estão trabalhando. Reforçando, o Presidente destacou que na última semana aconteceu um encontro com os gestores e intencionam fazer uma nova rodada com profunda discussão sobre a alocação do orçamento, cumprindo com as obrigações dos serviços básicos e que a proposta será trazida para análise deste Conselho.

3. Recomposição de Comissões:

3.1. Comissão de Política e Assistência Estudantil (CPAE) – inclusão do discente Paulo Fornasier.

3.2. Comissão de relações Universidade-sociedade (CRU-S) – 1 discente. Paulo Fornasier e Gabriel Barbosa.

Resultado: aprovados por UNANIMIDADE. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Leandro Conde e Domingos Aymone.

4. Inclusões (Assuntos Gerais) e Exclusões de pauta:

4.1. O conselheiro José Carlos Corrêa solicitou inclusão referente às recomendações do grupo de trabalho da EAD em relação a demanda dos discentes cujo resultado preliminar vem como forma de recomendação a este CONSUNI.

4.2. O conselheiro César Cristaldo solicitou, a pedido do Conselho Diretor do PampaTec, a indicação de um conselheiro do CONSUNI para compor o Conselho Diretor.

4.3. O conselheiro Gabriel Barbosa solicitou, via e-mail da Secretaria do CONSUNI e que passa a integrar o processo com os documentos desta reunião, parecer final da PROPLADI no processo 23100.004655/2025-91 e término do auditório do Campus Santana do Livramento; informações sobre o transporte para participação no

CONUNE que acontecerá em Goiás e no COPENE e, por último, solicitação de parecer da PRODAE sobre o PNAES.

Resultado: Aprovadas as inclusões por UNANIMIDADE. Ausente no momento da votação o conselheiro Leandro Conde.

5. Pautas do CONSUNI:

5.1. O conselheiro Mauro Fonseca disse que esse tema surgiu quando entrou em contato com alguns colegas e perceberam que há um volume de dados considerável no NIDA, cujas análises não possuem uma correlação institucional e são realizadas de forma individual e voluntária por alguns *campi*, por alguns professores, por TAEs ou comissões de curso, então considera que essa seria uma estratégia a ser adotada; que se crie uma rotina para divulgação desses dados e se consiga cadastrar no processo as ações realizadas e medir os resultados a médio e longo prazo, ou seja, que se crie uma comissão que analise os dados do Núcleo de Inteligência de Dados Acadêmicos (NIDA) referentes a ingresso, retenção e evasão. A Pró-reitora da PROGRAD, Elena Maria Billig Mello, disse que considera a importância do assunto e que esses dados do Núcleo são utilizados para todas as ações realizadas, principalmente quando acontecem as avaliações externas. Explicou que, quando houve a reorganização da estrutura, foi muito conversado com a Gestão Superior e o assunto foi encaminhado para todos os que participam do Núcleo, porém com pouco retorno. Entretanto, que hoje há um servidor que atualiza os dados, mas como colocado pelo conselheiro Mauro, precisam fazer uma maior divulgação, pensando uma possibilidade de agilizar a possibilidade de divulgação e reforçou a importância desse Núcleo como possibilidade de se ter os dados atualizados, destacando que continuam trabalhando com esse intuito. O Presidente informou que agora possuem novos elementos para fortalecer os dados do NIDA. Disse que a PRODAE está com um painel interativo com os dados da assistência estudantil e que estão tentando cruzar esses dados com o aproveitamento dos discentes que são assistidos com programas e ações da Pró-reitoria, o que resulta em subsídios para checar se os investimentos realizados estão contribuindo e de que forma contribuem para a permanência e conclusão do curso. O Presidente disse que a retomada do NIDA é um compromisso assumido pela Gestão. O conselheiro Mauro Fonseca sugeriu que a nível institucional, haja uma verificação pelos Conselhos de Campus, da divulgação desses dados e que é nesse sentido que o CONSUNI e a própria Reitoria, poderiam orientar a publicização de modo que todas as Unidades teriam essas informações umas das outras. Destacou que os dados são usados somente quando necessários mas entende que deveria ser uma coisa cultural na Instituição. O Presidente firmou o compromisso de solicitar ao EPROC que faça a atualização de todos os painéis interativos e que apresentará a evolução já na próxima reunião.

5.2. O Pró-reitor da PROGEPE, Eder Pereira solicitou a palavra para que a servidora Aline Luz fizesse uma rápida explanação sobre a semana de formação pedagógica e outras ações desenvolvidas pela Escola de Formação de Servidores (ESERV). A servidora informou que ocupam um lugar na estrutura organizacional desde 2024 e que a ESERV fomenta, propõe, organiza e executa ações de formação e capacitação de desenvolvimento profissional aos servidores da UNIPAMPA. Destacou o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), que é uma política nacional, onde todas as instituições da administração pública devem organizar o seu PDP. Disse que ao final de cada ano devem prestar contas ao SIPEC sobre as ações executadas e não executadas desse plano. A servidora também reforçou que todos recebem e-mails da ESERV com a programação dos cursos oferecidos. O

conselheiro Alexandre Villas Bôas parabenizou a servidora pelo trabalho e ponderou sobre o edital para pagamento de inscrições e sobre as diárias que ficaram a cargo dos campi. Disse que embora se saiba que não há recursos para servidores, principalmente para TAEs, por isso questionou se no futuro haverá essa possibilidade; a outra questão apresentada pelo conselheiro foi a respeito do RSC, se está acontecendo uma interlocução entre a ESERV e a comissão interna de carreira dos TAEs como forma de acompanhar o assunto. A servidora Aline disse que hoje somente é possível efetuarem o pagamento das inscrições, mas que almejam, no futuro, também, efetuarem o pagamento das diárias e deslocamentos; disse que as ações são de forma contínua para todos os servidores. Sobre o RSC explicou que não estão dialogando, mas colocou-se à disposição, inclusive para participar da Comissão. O Pró-reitor da PROGEPE comentou que apenas aguardam pela aprovação para poder colocar o RSC em prática na UNIPAMPA. A conselheira Cheila Stopiglia parabenizou a ESERV pelas ações realizadas, destacando que são de fundamental importância para a formação dos servidores; disse que os editais para os eventos são uma conquista para a Universidade, pois é algo muito demandado pelos servidores. Explicou que, mesmo entendendo a complexidade orçamentária, os eventos, especialmente os internacionais e os nacionais onde há participação e apresentação de trabalhos, têm períodos de inscrição com meses de antecedência e é necessário que o participante confirme o pagamento da inscrição a fim de ter o aceite dos seus trabalhos. Por isso sugeriu que se pudesse pensar em alternativas, uma vez que o edital atual não contempla isso e, conseqüentemente, o servidor não tem tempo para se organizar, resultando no pagamento com recursos próprios a fim de ter o aceite dos trabalhos, por isso solicitou que pensassem no próximo ano em um prazo maior como forma de contemplar eventos internacionais, de importância para a Universidade e que impactarão na formação dos servidores e na avaliação da Instituição. A servidora Aline Luz agradeceu e informou que já tinha tomado nota e que tentarão qualificar o edital de 2026; colocou Escola de Formação à disposição dos diretores e coordenadores acadêmicos para uma roda de conversa para apresentar aos servidores as possibilidades de capacitação que foram organizadas no PDP, trilhas formativas, itinerários formativos, novos processos, etc. Na sequência o conselheiro Régis Paranhos cumprimentou equipe da ESERV e disse que participou no seu Campus da sub comissão de formação docente desde o início e que uma das atribuições das quais atuou foi um edital interno para um pós-doc de uma colega. O questionamento do conselheiro é se agora isso está centralizado na Escola de Formação ou se continua sob responsabilidade de cada Unidade; questionou também como fica a distribuição de professores substitutos no caso de afastamentos por períodos mais longos. Em resposta a servidora explicou que as comissões e sub comissões surgiram da consulta realizada em 2019, quando os docentes manifestaram a importância de atividades dentro de cada campus para atender as especificidades de cada unidade; que hoje essas sub comissões estão ligada à Pró-reitoria de Graduação, entretanto, que hoje não existe mais o núcleo de pedagogia universitária que analisava as ações junto com as sub comissões. Disse que é preciso organizar esses grupos a fim de centralizar dentro da Escola de Formação de Servidores, inclusive para revisarem resoluções relacionadas e que possuem nomenclaturas que não existem mais. Em resposta ao questionamento sobre professores substitutos, o Pró-reitor da PROGEPE, conselheiro Eder da Silva, esclareceu que cada campus tem um quantitativo e gestiona o seu número de vagas para professor substituto; que essas vagas são específicas para capacitação e que cada campus tem a sua Comissão Local de Capacitação, a quem cabe hoje, a análise do processo. Não havendo mais inscritos, o Presidente agradeceu à servidora Aline Luz, à ESERV e à PROGEPE pelo trabalho e esclarecimentos.

5.3. O conselheiro José Carlos Corrêa solicitou pauta para debaterem sobre a dificuldade de implantação da extensão no contexto dos Cursos do Campus Itaquí, problemas e possibilidades, cujo manifesto do Campus foi compartilhado com os conselheiros e que passa a integrar os registros desta Sessão. O conselheiro falou da curricularização e da necessidade de se ter 10% (dez por cento) do total da carga horária de cada curso em forma de extensão, cuja natureza conceitual é de ser um trabalho externo aos *campi*. Discorreu sobre a proposta do UNIPAMPA Cidadã que tem suas particularidades e demandas estruturais e que no âmbito dos cursos trabalharam, também, duas perspectivas: uma com os componentes curriculares específicos e a outra a extensão dentro do componente curricular. Explicou que a partir disso surgiu uma questão relacionada ao contexto da Universidade, cuja localização está em regiões distintas onde apenas Uruguaiana e Bagé são municípios com mais de cem mil habitantes, o que coloca os demais *campi* em disputa por públicos beneficiários da extensão, dificultando a prática extensionista, sendo esta apenas uma das dificuldades encontradas; particularmente no caso do Curso de Agronomia pelas grandes distâncias a serem percorridas, a natureza de a atividade ser a campo, esbarrando, ainda, na questão financeira já que há dificuldades orçamentárias para concretização da atividade. Questionou como poderão conseguir trabalhar adequadamente a extensão em municípios que possuem uma área muito grande, cujo público alvo está localizado a cerca de 100km de distância da sede do Campus sem o custeio dessa atividade. O conselheiro informou que há alguns dias tiveram reunião com o Pró-reitor de Extensão quando entregaram um ofício, também mencionado no manifesto, contextualizando e sugerindo à Universidade que estabeleça um debate institucional de realocação orçamentária para os *campi* considerando as novas responsabilidades em Extensão e que haja uma manifestação do Conselho favorável em apoio a descentralização de recursos para garantir às Unidades a implementação de políticas como é o caso da curricularização da Extensão e também do Unipampa Cidadã para que possa acontecer de forma sustentável. O conselheiro disse que esta é uma contribuição do Campus para uma melhor relação institucional com a comunidade; relatou que criaram em 2023 e conseguiram colocar em prática este ano o que chamam de "assessoria de extensão" que, para atender ao organograma institucional está sendo alterado para Comitê Assessor de Extensão, onde um técnico articula com a sociedade as possibilidades da Extensão. Destacou que estão conseguindo bons resultados com esta Assessoria. Finalizou dizendo que esta era a manifestação trazendo como sugestão para a Universidade o que chamam de Comitê Assessor para implementar e articular a relação com a sociedade de forma institucional e também, apresentar essas duas demandas: um debate institucional sobre realocação orçamentária considerando as responsabilidades da Extensão e apoio à descentralização de recursos para as Unidades Acadêmicas possam implementar a curricularização da Extensão. Colaborando, a conselheira Cheila disse que no Campus Uruguaiana essa situação é diferente; mais fácil, porque lidam com cursos relacionados à saúde, entretanto, que os cursos da área agrária, com característica mais rural enfrentam dificuldades. Explicou que todos demandam de transporte e investimento e que hoje, basicamente, só fazem a extensão que não gera custo; o que tem custo não podem realizar. A conselheira disse fazer coro ao que está posto no documento e que não devem diferenciar as cidades por número de habitantes porque as dificuldades que impactam na questão orçamentária são sempre as mesmas. Destacou, ainda, a precariedade da frota institucional, uma vez que muitos veículos não têm condições de trânsito, realidade esta de todos os *campi*. Ressaltou a importância de vários projetos extensionistas, como a redestilação de bebidas alcoólicas apreendidas pela Receita Federal e do projeto piloto de produção de

geleias a partir da apreensão de vinhos, e precisam ser pensados como uma política institucional a fim de fortalecerem a Universidade, mas que todos esses projetos necessitam de orçamento. Na sequência o conselheiro Paulo Fornasier questionou sobre a possibilidade de parcerias com a iniciativa privada, no caso de Itaqui, com os grandes cerealistas da cidade. O Presidente esclareceu que essas parcerias existem, porém, que cabe ressaltar que o nosso objetivo é que, por sermos uma universidade federal, o financiamento seja efetivado pelo Governo Federal, prezando pelo fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão, da inovação e da inclusão, sempre de forma gratuita e de qualidade. O Pró-reitor da PROPLADI, conselheiro Paulo Fernando Marques Duarte Filho, disse que como docente e como quem trabalhou na reestruturação de PPC visando o atendimento da curricularização da Extensão faz coro a manifestação do conselheiro José Carlos e que a questão orçamentária sempre foi um questionamento. Explicou que são enviadas diretrizes para o MEC, mas que o orçamento não acompanha na mesma forma em que a legislação evolui. Sugeriu a formação de um GT e, como Pró-reitoria, se colocou à disposição, a fim de encontrarem uma forma de viabilização satisfatória em todas as Unidades, sendo que este comprometimento precisa ser institucional e não somente de uma pasta. O conselheiro Hêlvio Rech questionou sobre qual foi a infraestrutura de suporte providenciada pela Instituição desde que a curricularização da Extensão foi instituída, enfatizou o papel da Universidade como forma transformadora da realidade para melhor, sobretudo beneficiando setores mais vulneráveis, tendo a Extensão como pilar básico para atendimento desse objetivo. Disse que estão abordando a Extensão como algo fora da Universidade e muitas vezes sobrecarregada no professor, não sendo esta a abordagem mais adequada e que a Universidade precisa chamar para si essa responsabilidade. Falou que à exemplo da Universidade Cidadã que é um bom projeto mesmo necessitando de melhorias, a Instituição deveria ter programas voltados às áreas urbana e rural permanentes, com número de vagas ofertadas de acordo com a demanda já estabelecida pelo número de estudantes; que se hoje fossem fazer um balanço de quem atendeu a carga horária de extensão ficariam decepcionados, porque muitos alunos não estão conseguindo, por motivos diversos, cumprir no semestre indicado, acumulando um passivo que precisará ser resolvido durante a vida acadêmica desses estudantes. Salientou que o tema veio à pauta em momento oportuno e que precisam refletir profundamente sobre como a Universidade vê a Extensão e que deve, inclusive, alocar TAEs para darem suporte às atividades extensionistas da Instituição. Em resposta a uma pergunta feita via *chat*, conselheiro José Carlos explicou assessoria de extensão está mudando para comitê assessor para não ferir o SIORG é um serviço a ser prestado dentro da lógica da Secretaria Acadêmica, uma estrutura infrainstitucional, onde o técnico é vinculado à Coordenação Acadêmica executando o trabalho de articulação do processo de Extensão. O Pró-reitor da PROEC, conselheiro Franck Maciel Peçanha, disse que a extensão na graduação vem desde os anos 80 no Fórum de pró-reitores e que desde 2014 o PNE exige que 10% (dez por cento) da carga horária dos cursos de graduação seja feito em extensão é uma vitória da comunidade acadêmica que lutava para que isso acontecesse. Deu ciência que hoje a luta dos pró-reitores de extensão e pela destinação de um orçamento do Governo Federal, específico para atividades de extensão. Falou que duas características da extensão são formação acadêmica, ou seja, o envolvimento de alunos e a mudança da realidade social; que para atender ao PDI Institucional é preciso atuar mais na base da pirâmide para, desta forma, conseguir diminuir desigualdades. Destacou que a extensão universitária não é bem vista por pessoas de fora da comunidade acadêmica que atuam contra o ensino universitário, que não lutam pela diminuição da pobreza e das desigualdades, mas que existem vitórias,

como por exemplo, a criação no orçamento de uma rubrica específica para inserção da extensão na graduação, porém que o Governo não colocou orçamento, considerado já um primeiro passo, ou seja, existe uma luta para isso. Informou que em uma audiência pública em Brasília em 2023, foi apresentada pela UNIPAMPA uma conta muito simples desenvolvida pela Pró-reitoria demonstrando o quanto precisavam melhorar em questão de orçamento e que isso passou a ser usado pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão e hoje está no raio-X da Extensão que é o quanto é gasto por aluno/ano na Extensão. Explicou que o cálculo é o orçamento total da Extensão dividido por 200 dias dividido pelo número total de alunos o que resultava em 2023, na UNIPAMPA, uma média de R\$ 0,36 por aluno, enquanto a média nacional era de menos de R\$ 1,00. Entretanto, com o aumento de 70% no orçamento a partir de 2024 a média na Instituição pulou para algo em torno de R\$ 0,60; que ainda é preciso aumentar e muito. Falou que outro ponto importante é o orçamento para extensão nos *campi*, lembrando que 90% do orçamento da PROEC é executado nos *campi*, o saldo é usado trabalhando as políticas e demais ações; que no ano passado, pela primeira vez, foi destinado para cada uma das Unidades um orçamento para a inserção da Extensão. O conselheiro explicou detalhadamente a lógica usada para essa distribuição: uma vez que inserção da Extensão está na graduação com o objetivo, além da formação acadêmica, de aumentar a integração do aluno com a comunidade onde está inserido, consequentemente, diminuir a evasão; meta 12 é aumentar a taxa bruta e a taxa líquida de matrículas no ensino superior e a estratégia 12.7. é a inserção da Extensão nos cursos de graduação para atingir a meta 12. Explicou que a divisão foi realizada por curso e não pelo número de alunos, uma lógica diferente de todas as outras IFES, o que diminuiu as desigualdades, permitindo que campus com maior problema de evasão tivesse um valor absoluto maior por discente a fim de conseguir realizar mais ações. Disse também, que isso não é suficiente, mas que trabalham para melhorar junto ao Fórum de Pró-reitores de Extensão com a mobilização política que é feita, igualmente com o reconhecimento da Gestão de que é preciso mais orçamento na Extensão. Confirmou ao conselheiro José Carlos que o assunto será pauta na reunião da Comissão Superior de Extensão e que o assunto não vai ficar parado. Ressaltou o grande trabalho realizado pelas Comissões Locais de Extensão, que mesmo com sobrecarga de trabalho, são docentes e TAEs que, além das suas funções normais, participam das comissões locais e fazem a Extensão acontecer; falou que a descentralização da avaliação ficou mais rápida sob a responsabilidade das CLExt; que a ideia de criar a Assessoria criada em Itaqui está apresentando resultados, mas é preciso destacar o trabalho e a importância das Comissões Locais. Em resposta ao conselheiro Hélio Rech disse que o que mais é feito é discutirem conceitualmente a Extensão, o papel da Extensão e como ela deve ser realizada, buscando a regulamentação da prestação de serviços de forma que a comunidade e Universidade sejam beneficiadas. Em nome da pequena equipe da PROEC e dos colegas que fazem parte da CSExt que participam também das comissões locais, disse que trabalham muito e com total seriedade em relação à Extensão, com base na política nacional de extensão, com base na Resolução nº 7 de 2018 do CNE e em todas as resoluções da Universidade; lembrou que tudo o que foi aprovado foi resultado de uma construção coletiva; que hoje a noite acontecerá em Jaguarão o curso de formação "eu sou extensionista", que já foi realizado nas outras Unidades e fechará no Campus Caçapava do Sul amanhã; frisou que no curso trabalham somente a parte conceitual da extensão. Em relação aos projetos institucionais disse que o projeto piloto do álcool teve a participação de quatro *campi*, Alegrete, Bagé, Itaqui e Uruguaiana, levando às comunidades 40.000 litros de álcool gel; o projeto da geleia já tem dois *campi* interessados em participar, o projeto da

computação do Campus Bagé que seria um computador cidadão, uma forma de usar as TVs Box para montar computadores para serem disponibilizados às escolas. Disse que são vários projetos mas que é bom ressaltar uma questão muito importante em relação ao orçamento da PROEC, que esse orçamento, praticamente, todo ele é movimentado via edital, tornando tudo mais claro e factível a todos. Finalizou agradecendo ao conselheiro José Carlos por apresentar o assunto e firmou o compromisso de levar a temática não só à Comissão Superior, mas também às outras instâncias e comunidade acadêmica. O Presidente agradeceu e concordou com o encaminhamento, pois o tema merece ser debatido.

6. Apreciação de Atas:

6.1. Origem: Secretaria do CONSUNI. **Objeto:** Ata da 120ª Reunião Ordinária, realizada via webconferência dia 12/12/2024.

Resultado: Aprovada com 07 abstenções: Leugim Romio, Isaphi Alvarez, Alex Sandro Leão, Hélyvio Rech, Domingos Aymone, Nei da Fontoura e Paulo Fornasier. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Angelita Salles e Gabriel Barbosa.

6.2. Origem: Secretaria do CONSUNI. **Objeto:** Ata da 65ª Reunião Extraordinária, realizada via webconferência dia 26/03.

Resultado: Aprovada com 08 abstenções: Leugim Romio, Silvana Gritti, Cheila Stopiglia, Isaphi Alvarez, Alex Sandro Leão, Hélyvio Rech, Domingos Aymone e Nei da Fontoura. Ausentes no momento votação os conselheiros: Angelita Salles e Gabriel Barbosa.

7. Gabinete da Reitoria (GR): Votação em bloco.

7.1. Processo: 23100.010556/2023-86. **Origem:** Gabinete da Reitoria.

Objeto: Aprovar o ato 01/2025, assinado *ad referendum* do Conselho Universitário: Alteração na estrutura Organizacional da Universidade Federal do Pampa.

7.2. Processo: 23100.015640/2024-77. **Origem:** Campus Uruguaiana.

Objeto: Aprovar o ato 02/2025, assinado *ad referendum* do Conselho Universitário: Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal do Pampa e a Universidade Estadual do Estado do Paraná – UNIOESTE. **Parecer CRU-S:** Favorável à aprovação.

7.3. Processo 23100.020605/2024-70. **Origem:** Campus Alegrete.

Objeto: Aprovar o ato 03/2025, assinado *ad referendum* do Conselho Universitário: Acordo de Cooperação Técnica entre a Universidade Federal do Pampa e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **Parecer CRU-S:** Favorável à aprovação.

7.4. Processo: 23100.011931/2023-13. **Origem:** CPPD.

Objeto: Aprovar o ato 04/2025, assinado *ad referendum* do Conselho Universitário: Alteração da composição do Campus Jaguarão na Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), com a indicação da docente Leila Bom Camillo, para ocupar o cargo de representante suplente, em substituição à docente Adriana Gustavo Cardoso.

7.5. Processo: 23100.021912/2024-78. **Origem:** Waleska Mendes Cardoso.

Objeto: Alteração de regime de trabalho de 40 horas sem dedicação exclusiva para 40 horas com dedicação exclusiva.

7.6. Processo: 23100.019336/2024-07. **Origem:** Rita de Cassia Fossati Silveira Evaldt.

Objeto: Alteração de regime de trabalho de 20 horas sem dedicação exclusiva para 40 horas sem dedicação exclusiva.

Resultado: aprovados em bloco os itens **7.1** a **7.6** por UNANIMIDADE. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Angelita Salles e Gabriel Barbosa.

8. Comissão de Relações Universidade-Sociedade (CR U-S): Votação em bloco.

8.1. Processo: 23100.022520/2024-26. **Origem:** Divisão de Relações Internacionais (DRI-DAINTER). **Objeto:** Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal do Pampa e a Universidad Autonoma de Entre Ríos - UADER (Argentina). **Parecer CRU-S:** Favorável à aprovação.

8.2. Processo: 23100.009155/2024-64. **Origem:** Campus Bagé. **Objeto:** Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal do Pampa e o Sistema de monitoramento e alertas agroclimáticos - SIMAGRO-RS, por meio da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (SEAPI). **Parecer CRU-S:** Favorável à aprovação.

8.3. Processo: 23100.000530/2025-91. **Origem:** Divisão de Relações Internacionais (DRI-DAINTER). **Objeto:** Protocolo de Intenções Internacional entre a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e a Universidad Tecnológica Nacional (UTN) – Argentina. **Parecer CRU-S:** Favorável à aprovação.

Resultado: aprovados em bloco os itens **8.1** a **8.3** por UNANIMIDADE. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Angelita Salles e Gabriel Barbosa.

9. Comissão de Regimentos e Normas (CRN): Votação em bloco.

9.1. Processo: 23100.001956/2025-62. **Origem:** Divisão de Inovação Tecnológica (DIT). **Objeto:** Alteração do ANEXO I (proposta de requisitos para progressão e promoção e respectivas pontuações) da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 75/2014 - Normas gerais da Promoção Funcional para a Classe de Professor Associado e Progressão Funcional na Classe de Professor Associado. **Parecer CRN:** Favorável à aprovação.

9.2. Processo: 23100.001956/2025-62. **Origem:** Divisão de Inovação Tecnológica (DIT). **Objeto:** Alteração do Apêndice I (proposta de requisitos para progressão e promoção e respectivas pontuações) da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 80/2014 - Programa de avaliação de desempenho para fins de desenvolvimento na carreira dos professores. **Parecer CRN:** Favorável à aprovação.

9.3. Processo: 23100.001956/2025-62. **Origem:** Divisão de Inovação Tecnológica (DIT). **Objeto:** Alteração do ANEXO I (planilha de pontuação para homologação da solicitação de promoção referente ao último interstício) da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 327/2021 - Estabelece as diretrizes e a regulamentação para a promoção à Classe E, com a denominação de Professor Titular dentro do plano de carreira docente da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). **Parecer CRN:** Favorável à aprovação. A professora Caroline explanou sobre o recebimento da demanda vinda da CGU, cuja ideia era conhecer o perfil das universidades, a fim

de saberem se estão contemplando ações que se referem a inovação e empreendedorismo nas planilhas de progressão, com pedido de inclusão desses quatro critérios específicos: transferência de propriedade intelectual, estabelecimento de parcerias com o setor empresarial, geração de tecnologias sociais e prestação de serviços técnicos dentro do nosso trabalho de progressão docente. A seguir a professora Daniela teceu comentários sobre o minucioso estudo realizado em cima do parecer encaminhado pela CGU; que a preocupação era atender pontos como a transferência de tecnologias e tecnologias sociais, incluindo 10 dez desdobramentos dentro do item 3 das três planilhas, trabalhando com equilíbrio a nova pontuação para que os docentes da Universidade também pontuassem esses itens. Além disso, privilegiaram pontuação para os servidores que participam das comissões envolvendo inovação e empreendedorismo; disse que o texto não foi alterado, somente se detiveram na planilha de pontuação, destacando os itens apontados pela CGU. A professora Caroline explicou que tomaram o cuidado de não tornar obrigatório que o docente faça ações de inovação e empreendedorismo para progredir, somente uma pontuação para reconhecimento das ações possíveis de serem realizadas e que contenham registro para essa pontuação. Falou da importância de iniciarem essa cultura na Instituição. A professora Daniela ressaltou que isso é um acréscimo para valorizar os produtos tecnológicos desenvolvidos pela UNIPAMPA, cada um dentro do seu nível; que o assunto foi explicado e debatido com os membros da CPPD que emitiu parecer favorável e, posteriormente, a PROGEPE, da mesma forma, foi favorável. Finalizou que esta foi a contribuição da AGIPAMPA para com os servidores envolvidos no desenvolvimento tecnológico do país. O Presidente elogiou o trabalho e agradeceu pelas explicações. O conselheiro Valmor Rhoden parabenizou as docentes e sugeriu as seguintes alterações no Anexo I, Tabela III dos processos: 1º - Produção técnica/tecnológica (patentes, ou conhecimentos) registrados em órgão competente com titularidade ou cotitularidade da UNIPAMPA. 3º - "Produção técnica disponível em ambiente público (digital e/ou físico)" no lugar de "produto tecnológico sem registro". 8º - "prestação comprovada de serviços técnicos" no lugar de "Prestação de serviços técnicos (por projeto)". O conselheiro Fabrício Mozzaquatro também cumprimentou pela apresentação e disse ter uma curiosidade em relação a questão colocada pelo conselheiro Valmor sobre o que se enquadraria em prestação de serviços técnicos por projetos, se seriam os vinculados às fundações de apoio; como se classificariam esses serviços e como se daria a comprovação. A professora Caroline perguntou se a questão do conhecimento se relaciona a transferência de know how, com o que o conselheiro Valmor assentiu, já que a ideia é contemplar todas as áreas do conhecimento. Após todos os esclarecimentos o Presidente colocou o ponto 9 da pauta em votação.

Resultado: aprovados em bloco os itens 9.1 a 9.3 por UNANIMIDADE com as alterações sugeridas. Ausente no momento da votação a conselheira Angelita Salles.

10. Informações dos Conselheiros: não houve informes.

11. Assuntos Gerais (Inclusões de Pauta):

11.1. O conselheiro José Carlos Corrêa disse tratar-se de uma recomendação do GT da EAD, grupo este criado por este Conselho. Explicou que a pauta original era uma demanda de um dos estudantes do Curso de Pedagogia questionando a eleição para representação discente na Comissão de Curso da Pedagogia e que, ao analisarem, perceberam que o PPC do Curso de Pedagogia é o único que não prevê

essa representação, gerando um conflito; que os demais cursos vinculados à UAB e também os cursos *lato sensu* têm essa previsibilidade, entretanto, que não realizaram da eleição da representação discente junto às demais que aconteceram no fim do ano passado. Portanto, que a recomendação do GT é que haja, por parte do Curso de Pedagogia, haja a adequação do PPC prevendo essa representação e que os demais cursos realizem eleições para essa atuação de discentes e TAEs, que também não teve representantes. O conselheiro fez a leitura do documento enviado ao NEAD e que passa a integrar os documentos desta Reunião. O conselheiro destacou que não é necessário deliberação, haja vista que há descumprimento da institucionalidade. O Presidente esclareceu que, como o parecer é elaborado por um grupo que identificou a questão de cumprimento legal, votar extrapola a questão do descumprimento, ou seja, é preciso cumprir. Por isso, pede o encaminhamento para a regularização dos atos. Na sequência a conselheira Nathália Martins sugeriu uma reflexão de que, enquanto Universidade está na hora de superarem a ideia de que cursos ofertados na modalidade à distância por meio da Universidade Aberta do Brasil não pertencem a UNIPAMPA; disse que esse pensamento é equivocado, ainda que os cursos recebam recursos externos, são regidos pelas mesmas normas que orientam os outros cursos de graduação e pós-graduação da Instituição e que os estudantes da UAB estão vinculados aos *campi* onde os cursos são ofertados. A conselheira reforçou a necessidade de eleição para essas representações a fim de garantirem o cumprimento do Regimento Geral da Universidade e assegurar a participação democrática dos discentes nos espaços acadêmicos. O Presidente agradeceu e disse que é preciso desmistificar essa ruptura que às vezes acontece entre cursos presenciais e EAD, destacando que uma vez assinado um Termo de Cooperação Técnica com a UAB assumindo a responsabilidade desde o processo seletivo, ela é sim instituição participante e pertencente e responsável àquilo que ela está promovendo, desta forma, solicitou que a Secretaria do CONSUNI faça os encaminhamentos conforme observados neste ponto de inclusão.

11.2. O conselheiro César Cristaldo apresentou a solicitação do Conselho Diretor do PampaTec para a indicação de um conselheiro do CONSUNI para compor o Conselho. Apresentaram-se os conselheiros prof. Mauro Fonseca Rodrigues como titular e o discente Paulo Fornasier como suplente.

11.3. O conselheiro Gabriel solicitou:

11.3.1. Parecer da PROPLADI atualizado, com a previsão final da entrega da obra completa do Campus de Santana do Livramento, processo 23100.004655/2025-91, com estimativa de custos que se refere a conclusão do auditório do prédio anexo no valor de R\$ 2.500.000,00. Disse que era importante que a Pró-reitoria apresentasse um parecer aos conselheiros e que publicizasse à comunidade acadêmica, explicitando como e quando a obra será finalizada e entregue. O conselheiro explicou que o citou o processo 23100.022449/2022-10, pois este é o processo da obra completa, onde entram a reforma do telhado e janelas do prédio histórico, alegando que no novo processo não consta a finalização de todas as reformas descritas no processo original. O Presidente explicou que, lamentavelmente, há muitas obras, adequações e PPCs para serem finalizadas em todas as unidades e, cujas alternativas, são buscadas constantemente pela Gestão e equipes diretivas; que o caso do auditório do Campus Santana do Livramento é conhecido e com um valor bastante elevado. Disse que o orçamento anual da Universidade tem sido muito limitado, o que resulta na espera da chegada de recursos para uso em investimentos, observando o que é fundamental dentro das unidades acadêmicas e cujas prioridades são atualizadas ano a ano; que observam anualmente o aumento

da infraestrutura, uma vez que as estruturas ficam mais antigas e o orçamento não acompanha essas necessidades. Lembrou que há meses a Universidade foi contemplada no PAC com R\$ 22.000.000,00 elencado pelo governo federal a partir das prioridades enviadas pela Instituição, entretanto, que o Campus Santana do Livramento não teve nenhuma obra contemplada dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, quando foram a Brasília discutir pontos que não estavam claros dentro do Programa e que, dentro da amplitude do termo, conseguiram incluir campi que não haviam sido contemplados: Santana do Livramento com 600 mil reais, valor insuficiente para o término do auditório; disse que a comunidade acadêmica será informada nos próximos dias um panorama sobre a questão orçamentária, que não atende todas as ações necessárias da Universidade, com uma insuficiência orçamentária prevista acima de 14 milhões de reais em um cenário onde o orçamento discricionário é de 57 milhões de reais e, com isso, já comprometendo o orçamento de 2026. Desta forma, se opta por manter o mínimo necessário e, lamentavelmente, a infraestrutura é prejudicada, como a defasagem da frota, como comentada anteriormente. Relatou sobre a dificuldade de renovar os equipamentos de ensino que beiram a 10 anos de uso. Informou que recebeu hoje a notícia que o ministério está trabalhando uma recomposição orçamentária na faixa de milhões, já que esta não é uma situação apenas da UNIPAMPA, mas de todas as IFES, o que irá proporcionar a realização de outras ações que no momento não se tem certeza de conseguirmos fazer. Cumprimentou a Direção do Campus Santana do Livramento e deu ciência da emenda parlamentar conseguida pela Direção e que deverá ser fragmentada entre o auditório e outras obras no Campus. Na sequência o Pró-reitor da PROPLADI, conselheiro Paulo Fernando Marques Duarte Filho disse que a fala do conselheiro Gabriel mostra o engajamento da representação discente nos desafios que a Instituição enfrenta; que o Presidente fez um excelente resumo do que seria a sua fala sobre a infraestrutura no Campus Santana do Livramento, principalmente sobre a obra, posteriormente, contemplada pelo PAC, com uma decisão célere e certa a fim de atenderem os *campi* que não tinham conseguido se beneficiar do Programa. Destacou que conseguiram potencializar a finalização do ginásio, cujo processo já está na Coordenadoria de Contratos e deve, até a metade do ano, estar licitado. Sobre o auditório, explicou que a conclusão da obra fará com que seja uma referência em eventos na cidade; que pela falta de recursos estão trabalhando na atualização do projeto para, fracionadamente, chegarem à conclusão. O Pró-reitor falou da importância de os conselheiros encaminharem aos seus pares as pautas do CONSUNI e depois, por meio de relatórios ou reuniões, discorrerem o que está sendo debatido no Conselho. Também destacou o avanço através da transmissão *online* via YouTube, já que as pessoas interessadas podem acompanhar as sessões. Colocou-se à disposição, para junto com a equipe da Pró-reitoria repassar todas as informações que o conselheiro Gabriel achar pertinentes sobre as ações que estão sendo realizadas. O conselheiro Gabriel reforçou a solicitação para que a PROPLADI atualize os pareceres de ambos os processos e os divulguem para conhecimento de toda a comunidade acadêmica como forma de controle. O conselheiro também questionou se é possível solicitar uma auditoria pela AUDIN para verificação desse valor de dois milhões e meio de reais, ao que o Presidente esclareceu que o plano de auditoria é sempre fechado no ano anterior com a CGU, porém, que poderão solicitar para 2026.

Sobre os próximos pontos solicitados pelo conselheiro o Presidente explicou que, pelo déficit orçamentário já comentado, será bem difícil atender, assim como outros pedidos que possam chegar, porém, que não há portas fechadas no momento, que pensam no processo de recomposição e aguardam uma reunião com as equipes diretivas nos dias 05 e 06 de maio, quando definirão o orçamento. Por isso, não

podem dizer, no momento, se conseguirão atender esses pedidos de deslocamentos dos discentes.

11.3.2. Em relação ao CONUNE - CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES DA UNE, o conselheiro solicitou a liberação de transporte a fim de os discentes poderem participar. O evento será em Goiás nos dias 20, 21, 22, 23 e 24 de julho.

11.3.3. Também, como no item anterior, solicitou transporte para participarem do COPENE- CONGRESSO DE PESQUISADORES NEGROS, ainda sem data definida.

O conselheiro esclareceu que não é ajuda financeira, mas a disponibilização de transporte para os alunos. O Presidente esclareceu que se conseguirem atender as solicitações, deverá ser por contratos terceirizados, pois os ônibus da Universidade não têm condições de realizarem essas viagens e solicitou que o conselheiro passe as informações de quilometragem para que a PROPLADI realize o estudo de viabilidade.

11.3.4. Parecer à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRODAE), sobre os auxílios estudantis porque agora o PNAES é Lei e se há a possibilidade de aumento dos auxílios e, também, pediu publicização. O Presidente destacou que os recursos do PNAES se mantiveram praticamente iguais aos de 2024 e que não são suficientes para atender toda a assistência estudantil da Universidade e, por isso, a UNIPAMPA faz, anualmente, aporte bem significativo de recursos discricionários, entre dois milhões e meio a três milhões de reais/ano, dependendo de como se dão os programas de assistência estudantil; disse que existe muita variação nos acessos aos RUs, o que impacta nos custos dos contratos. Ressaltou que três milhões de reais é mais do que se utiliza na pós-graduação e na pesquisa, todo o valor da PROCADI e todo o valor da PROGRAD, que esse aporte é significativo e equivale a três pró-reitorias; que se notou um aumento de custos dos pratos servidos nos RUS e que não foi repassado (e esperam não repassar aos alunos), mantendo essa diferença de quatro reais para quem não é da assistência estudantil e isento quem é da assistência; que o que sobra vai para as bolsas, auxílios moradias e transportes, além das novas políticas criadas: creche, maternal, a questão da inclusão digital, o auxílio saúde que não existia. Disse que esse valor extrapola além daquilo que se têm condições, entretanto, apesar de todo o cenário, entendem que é necessário haver um aumento nos valores da assistência estudantil, estagnados desde 2023. Na sequência passou a palavra para a Pró-reitora da PRODAE, conselheira Honória Ferreira, informando que ainda não fecharam os valores com reajuste. A Pró-reitora comunicou que está participando do FONAPRACE, encontro da Regional Sul, onde são discutidos assuntos de relevância para a assistência estudantil, inclusive que uma das pautas é a regulamentação da Lei do PNAES, disse que recentemente o MEC publicou uma portaria onde incluiu representantes da sociedade civil e do governo para fazerem a regulamentação, ou seja, que a Lei está publicada, porém, não está regulamentada; que essa normatização é necessária porque, por exemplo, a Lei não explicita a origem dos recursos para as novas ações da assistência estudantil. Salientou que essa implementação requer recursos financeiros e de pessoal; que aguardam que essa regulamentação indique os órgãos responsáveis para fazerem esse aporte financeiro para a implementação da Lei. Explicou que atualmente, por decreto ou por lei o PNAES continua enviando recursos para manutenção das ações-chaves envolvidas, salientando que houve redução desses recursos em relação aos recebidos no ano anterior e, paralelo a isso, os RUs foram reajustados porque são contratuais, assim como os contratos com serviços terceirizados, impactando o orçamento da Instituição e, por isso um reajuste nos valores da assistência estudantil, só será possível com aporte da Instituição. Informou que na próxima reunião serão definidos a viabilidade e o quantitativo, para

que, tão logo seja possível, realizem esse ajustamento. Também ressaltou que três auxílios já foram reajustados: alimentação, creche e no auxílio infância; que os demais só poderão ser definidos após estudo aprofundado do orçamento, assim como da implantação das novas ações já previstas no planejamento. O Presidente agradeceu e convidou o conselheiro a participar das reuniões da comissão permanente que discute as ações da assistência estudantil e que podem sim providenciar o parecer, que vai de encontro a essa política de revisão orçamentária e financeira.

Nada mais havendo a tratar, às 17 horas e 58 minutos, foi encerrada a Reunião e redigida a presente Ata, assinada pelo Presidente, Professor Edward Frederico Castro Pessano, e por mim, Sara Mascarenhas Tarasuk, Secretária Executiva, Assessora Especial do CONSUNI. Esta Ata foi redigida de acordo com a Resolução nº 308/2021 - Regimento do CONSUNI.

Esta Reunião está gravada e disponível para consulta em: [122ª Reunião Ordinária do CONSUNI](#).

Edward Frederico Castro Pessano,
Presidente do CONSUNI.

Sara Mascarenhas Tarasuk,
Secretária Executiva,
Assessora Especial do CONSUNI.